



PREFEITURA DE

CAMPOS

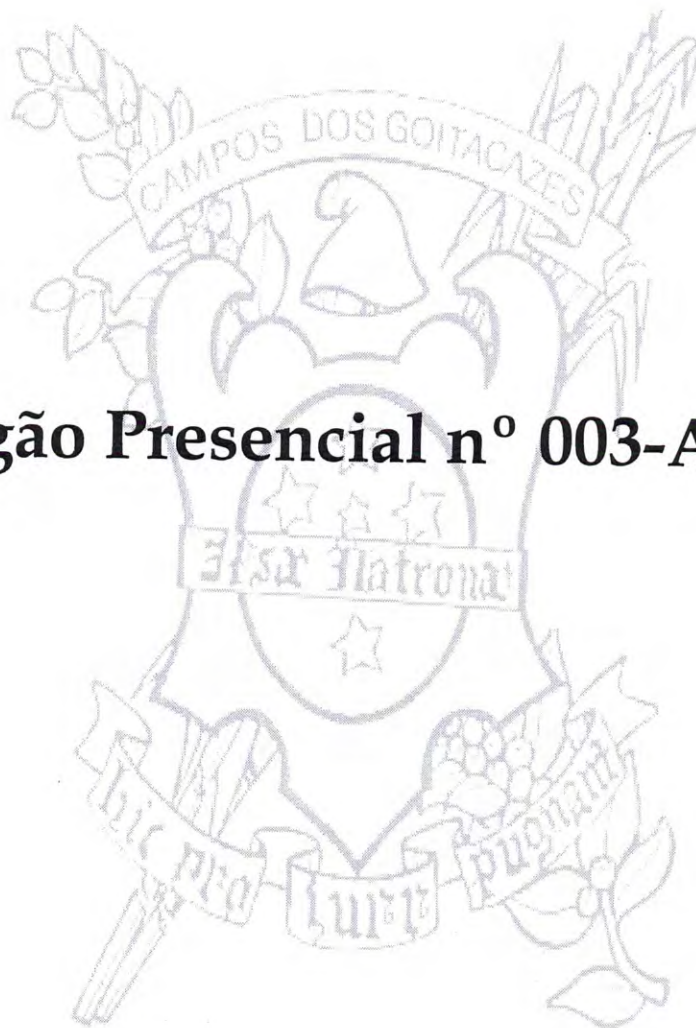
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial n°. 003-A/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 97
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

Pregão Presencial n° 003-A/2022





Processo n°. 2022.019.000201-8-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA**, situada à **Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n° 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones n° (22) 98175-2073 e 98175-0911**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o n°. **003-A/2022** para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A licitação será do tipo **maior oferta** e será regida pela Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei n° 8.883/94, Decreto Municipal n° 65, de 16 de fevereiro de 2005, Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 18 de outubro de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1-Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2-Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3-Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4-Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5-Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6-Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7-Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

9



2- DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **Concessão de Uso para exploração de espaço público destinado a atividade comercial da Bomboniére do Teatro Municipal Trianon, conforme especificações descritas no Termo de Referência elaborado pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

9



- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados o pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Não será admitida em hipótese nenhuma a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.2.1- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta, com firma reconhecida, junto com os envelopes de proposta e documentação.

4.3- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do pregoeiro.

4.4- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME ou EPP

5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao pregoeiro, no momento do credenciamento, em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”.



5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal

[assinatura]



declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1- No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.



Pregão Presencial nº. 003-A/2022

COMISSÃO FACILITADORA
 DE
 2022
 Rubrica:
 Processo nº 2022.019.000201-8-PR
 Data: 04/10/2022

Data: 04/10/2022

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.





7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MAIOR OFERTA**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1- Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) inferiores à primeira classificada.

7.14.2- A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço superior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1- A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3- Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4- Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **maior oferta**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado maior lance, para que seja obtido proposta mais vantajosa**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor inferior ao definido no subitem 16.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial nº. 003-A/2022

Comissão Permanente de	Fls. 105
Subscrição	Map

Processo nº 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no subitem 7.14 e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no

9



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial n°. 003-A/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 107
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1- No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2- A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:



- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1- Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.3- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.1.3.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.1.3.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.1.3.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.



8.3.1.4- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.1.4.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.1.4.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.1.4.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado com firma reconhecida, atestando que a licitante executou ou está executando serviços compatíveis com o presente objeto, conforme subitem 13.1 do Termo de Referência.

8.4.2 - Atestado de visita Técnica fornecido pela FCJOL ou Declaração, emitida pela própria licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos serviços a serem executados, não podendo alegar posteriormente o desconhecimento das mesmas, conforme subitem 13.2 do Termo de Referência.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet poderão ter sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

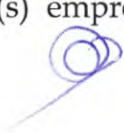
9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DO CONTRATO

10.1- Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 8.666/93.

10.2- O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da **FCJOL** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em)





PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial n°. 003-A/2022

Comissão Permanente	Fis..
Licitação	Processo Nº
2022.019.000201-8-PR	

Processo n° 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

10.3- Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

11.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

11.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

11.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

11.5- Em caso de atraso na **prestação dos serviços**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor da mensalidade, por dia útil excedente.

11.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

12- DO PRAZO CONTRATUAL

12.1- O prazo da concessão, objeto desta licitação, será de 60 (sessenta) meses, de acordo com o item 05 do termo de referência (anexo VII) elaborado pela **FCJOL**.

12.1.1- O prazo começará a fluir a partir da assinatura do contrato.

12.1.2- Os prazos totais e/ou parciais poderão ser prorrogados, à critério da FCJOL, nos termos da Lei Federal no 8.666/93.

12.1.3- Em se tratando de serviços, o objeto deste certame será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei.

12.2- REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto desta licitação será executado sob a forma indireta, no regime de **empregada por preço global**.

13- LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O licitante vencedor desta licitação terá que executar o que lhe for adjudicado, conforme determinação da **FCJOL**, no espaço destinado atividade comercial da Bombonière do Teatro Municipal Trianon, conforme item 4 do Termo de Referência.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.2 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o email pregao@campos.rj.gov.br.**

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1- Estima-se o valor mensal mínimo, objeto desta licitação, em **R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais)**, conforme Termo de Referência.

16- DO PAGAMENTO





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA

Pregão Presencial nº. 003-A/2022

Comissão Permanente	Fls. 113
Licitação	
Processo	

Processo nº 2022.019.000201-8-PR

Data: 04/10/2022

16.1- Pela concessão, objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **FCJOL** receberá da **CONCEDENTE**, a importância total que vier a ser pactuada, mensalmente, conforme Termo de Referência (Anexo VII do Edital).

16.2- O não pagamento dos valores devidos na data estabelecida ensejará a aplicação de sanções, de acordo com o Termo de Referência.

17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.3- O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

17.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.


17.5- Todos os atos praticados pelo pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

17.6 -Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

17.7- A Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

17.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 04 de outubro de 2022.


Maria Auxiliadora Freitas de Souza

Presidente da FCJOL
M. Auxiliadora Freitas de Souza
Presidente da FCJOL
Matr.: 40.362

Anexo I - Proposta Comercial

Descrição	Valor Mensal R\$
Concessão de Uso para exploração de espaço público destinado a atividade comercial da Bomboniére do Teatro Municipal Trianon, conforme especificações descritas no Termo de Referência elaborado pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima. Prazo: 60 meses	
Valor Mensal por extenso:	

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 003-A/2022, em especial no Termo de Referência, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 003-A/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial n.º 003-A/2022

Comissão Permanente	Fis..
Assinatura	Assinatura
Licitação	Assinatura
Assinatura	Assinatura

Processo n.º 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA
OSWALDO LIMA E A
EMPRESA _____.

A FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA, com sede na Rua Marechal Floriano, 211 - Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ sob o n.º 29.898.145/0001-33, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Ilustríssima Senhora Maria Auxiliadora Freitas de Souza, Presidente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, _____ e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado do **PREGÃO PRESENCIAL 003-A/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo n.º **2022.019.000201-8-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **Concessão de Uso para exploração de espaço público destinado a atividade comercial da Bomboniére do Teatro Municipal Trianon, conforme especificações descritas no Termo de Referência elaborado pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e

9



comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo n° **2022.019.000201-8-PR** e em tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;

c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital n° **003-A/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

I) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;

II) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pela prestação dos serviços;

III) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

IV) fornecer todos os materiais, mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução do objeto deste contrato;

V) certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas possíveis subcontratadas fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), previstos em leis e regulamentos concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho; a fiscalização do **CONTRATANTE** poderá determinar a paralisação das serviços enquanto os empregados não portarem tais equipamentos,



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial n°. 003-A/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 117
Subprova	

Processo n° 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

correndo os respectivos ônus por conta da CONTRATADA e mantendo-se inalterados os prazos de execução das serviços;

VI) programar e propor métodos de trabalho e de utilização dos equipamentos a serem empregados na execução dos serviços, submetendo-os à apreciação da Fiscalização do Contratante, atendendo, imediatamente, à notificação escrita desta para alterá-los, seja com o fim de ajustá-los às necessidades do serviço ou de suplementar mão-de-obra ou equipamento deficiente ou insuficiente, sem prejuízo das penalidades que couberem pelo desatendimento;

VII) manter as áreas de trabalho constantemente limpas e desimpedidas, livres de monturos, detritos, materiais imprestáveis, refugados ou sucatas;

VIII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATADA** pagará à **CONTRATANTE** a importância mensal de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado após o cumprimento da prestação devida, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo total da concessão, objeto deste contrato, será de 60 (sessenta) meses, conforme item 5 do termo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem de Serviço, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, conforme previsto no Termo de Referência, ocorrida no período anualizado do mês imediatamente anterior ao da incidência do reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor da mensalidade, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;



- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto desta licitação será executado sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início a partir da data de assinatura do presente instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os prazos totais e/ou parciais da execução dos serviços poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato a ser celebrado, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo 1º do art. 57 da Lei Federal no 8.666/93, devidamente autuados em processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão n.º 003-A/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º 2022.019.000201-8-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.





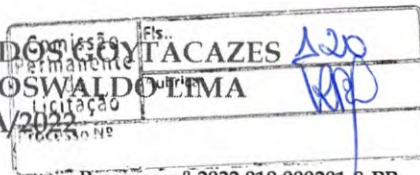
PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA

Pregão Presencial n°. 003-A/2022



Processo n° 2022.019.000201-8-PR

Data: 04/10/2022

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante:

FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA

Contratada:

Testemunhas:



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial nº. 003-A/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis..
	Rubrica:

Processo nº 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CRENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de
Identidade nº e CPF sob o nº, a
participar da Licitação instaurada pela FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA
OSWALDO LIMA, na modalidade **PREGÃO nº 003-A/2022**, supra referenciada, na
qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em
nome da empresa
.....,
bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua
interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa com firma reconhecida



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial n°. 003-A/2022

Comissão	Fls.
Permanente	122
Assessoria	120

Processo n° 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão n° 003-A/2022

.....
.....,

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio
de seu representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da Carteira
de Identidade n°..... e do CPF n°,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial nº. 003-A/2022

Comissão Permanente	Fis..
Licitação	123
Processo nº	003-A/2022

Processo nº 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
....

(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº 003-A/2022**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa

Anexo VI – Declaração ME ou EPP

(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão n° 003-A/2022

.....
.....(razão social do licitante) com endereço na
.....
.....

inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, para fazer uso dos benefícios concedidos pelo Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **declarar que se enquadra nas condições do inciso I e II do Art. 3º da LC. nº 123/2006 e não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida Lei Complementar.**

Em de de 2022.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA
Pregão Presencial nº. 003-A/2022

Comissão	Fls..
Permanente	125
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
Processo Nº	

Processo nº 2022.019.000201-8-PR
Data: 04/10/2022

Anexo VII – Termo de Referência



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

**FUNDAÇÃO
CULTURAL
JORNALISTA
OSWALDO LIMA**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 126
	Rubrica: RPD



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Termo de Referência regido pelas Leis Federais nº10.520 de 17 de junho de 2002 e nº8.666 de 21 de junho de 1993, tem por objeto a Concessão de Uso para exploração de espaço destinado a atividade comercial da *Bomboniére* do Teatro Municipal Trianon.

2. JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – RJ por meio da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, na pessoa de sua presidente, prima por elaborar um conjunto de elementos que nortearão e sustentarão o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO (tipo maior oferta) com vista à celebração de contrato de exploração comercial – via Concessão de Uso - visando à instalação e exploração comercial – no espaço reservado ao funcionamento de uma lanchonete - da *Bomboniére* do Teatro Municipal Trianon, mediante uma remuneração mensal a ser paga pela Concessionária.

Com a concessão supracitada buscaremos uma reformulação do espaço físico da cantina, de modo a tornar o ambiente aconchegante, agradável e usual aos visitantes do Teatro Municipal Trianon, com a comercialização de produtos comumente consumidos, como exemplo, cafés, água mineral, refrigerantes, sucos, lanches em geral, pães de queijo, mini pizzas, salgados, biscoitos, balas, bombons, delicatesses, tortas e afins.

Justifica-se ainda a presente Concessão pela demanda do Teatro Municipal Trianon por uma cafeteria apta a suprir as necessidades dos seus visitantes.

Além disso, é importante destacar que o Teatro Municipal Trianon funciona durante a semana e nos fins de semana que têm espetáculos marcados. Dessa forma, torna-se relevante fornecer aos visitantes a possibilidade de se alimentar adequadamente e *in loco*, garantindo assim o bem - estar daqueles.

3. DO TEATRO MUNICIPAL TRIANON

3.1) Identificação do imóvel

Trata-se de uma sala destinada a uma *bomboniére*, onde possui 17,54 m² de área construída com 3,00m de frente.

3.2) Descrição da área destinada ao “Bomboniére do Teatro Municipal Trianon”

Trata-se de uma sala para locação (*bomboniére*), localizada no foyer Teatro Municipal Trianon

Rua Marechal Floriano, 211 – Centro – CEP. 28.010-161 Campos dos Goytacazes/RJ – www.campos.rj.gov

ADM2022



- Piso: Piso em granito.
- Balcão: Em granito preto com bancada de 1m de altura.
- Possui 02 (dois) janelas tipo guilhotina em esquadilha de alumina e vidro medindo 1,45x 0,75;
- O teto possui rebaixado de gesso, na área destinada ao atendimento;
- 4 luminárias embutidas;
- 1 bancada em granito com uma cuba inox, na área destinada ao atendimento;
- Possui espelhos nas paredes, na área destinada a cozinha;
- Pintura em estado regular;
- Na área destinada ao atendimento possui um pé direito de aproximadamente 2,50m;
- Na área destinada à cozinha possui um pé direito de aproximadamente 1,85m;
- A despensa possui piso cerâmico em estado regular, pintura em estado ruim de conservação e o teto encontram-se no chapisco;
- O teto apresenta sinais de infiltração, apresenta buraco no teto localizado juntamente ao duto do ar condicionado central.

3.3) Do Funcionamento

O Teatro Municipal Trianon tem funcionamento regular de expediente de segunda- feiraa sexta-feira, das 14hrs às 18hrs, bem como nos dias e horários em que houver eventos/espetáculos, durante a realização destes.

4. LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do serviço será no espaço destinado ao funcionamento da *bomboniére* do Teatro Municipal Trianon localizado na Rua Marechal Floriano Nº. 211, Centro, nesta cidade, conforme previsto neste Termo.

5. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O ajuste será formalizado via contrato de concessão, que terá início na data de assinatura do aludido instrumento e vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, a critério da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.

A instalação e o início das atividades do objeto efetivamente contratado deverão ser efetuados em até 30 (trinta) dias após assinatura do termo de contrato de concessão.

A Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima poderá revogar a concessão a qualquer tempo, sendo que a concessionária será avisada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sobre a decisão para que possa desocupar o local permitido.



6. REGRA DE FUNCIONAMENTO

6.1. O horário de funcionamento da Bomboniére do Teatro Municipal Trianon deverá ser de segunda-feira a sexta-feira, de 14hrs as 18hrs, bem como nos dias e horários em que houver eventos/espetáculos, durante a realização deste.

6.2. O Teatro Municipal Trianon – por meio da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima- poderá, prévia e justificadamente, determinar que os horários de funcionamento sejam reduzido ou estendido, em datas definidas, de forma a atender às necessidades de serviço ou à realização de eventos específicos.

6.3. A Contratada deverá atender às mais estritas regras de higiene emanadas pelas autoridades sanitárias durante o preparo, a manipulação, o acondicionamento, o transporte, a exposição e o descarte de alimentos.

6.4. A venda deverá ocorrer no mesmo dia do preparo, com o devido descarte, ao fim do expediente, dos itens não comercializados.

6.5. Sucos, vitaminas, refrescos, leite, café, cappuccinos deverão ser fornecidos em xícara, com opção de açúcar ou adoçante em sachês individuais.

6.6. A interrupção do fornecimento de quaisquer dos lanches deverá ser objeto de comunicação, antecipada e por escrito (com a devida justificativa), ao gestor do contrato, a quem caberá endossar ou não pleito.

6.7. A disposição dos produtos comercializados em embalagens deverá ser previamente aprovada pelo Gestor e Fiscal do processo.

7. DA MANUTENÇÃO E REPAROS

7.1. Toda manutenção/ reparo será de responsabilidade da Concessionária, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens: Água/esgoto; Energia (eletro dutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores); GLP (válvulas, conexões, etc).

7.2. A concessionária deverá providenciar manutenção preventiva programada mensal e corretiva com fornecimento integral de peças, de todos os equipamentos de cozinha, respeitados os critérios e prazos de garantia de fábrica dos equipamentos.

7.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de operação se aplicável, serão prestados por profissionais devidamente qualificados às funções a desempenhar.

7.4. Todos os consertos, se e quando necessários, deverão se dar, obrigatoriamente, sem nenhum prejuízo da adequada prestação do serviço do contrato.



Comissão Permanente de Licitação
Fis. 129
Rubrica: [assinatura]
Fis. 28
Campos/RJ

7.5. A Concessionária deverá manter as dependências, instalações, equipamentos e utensílios em perfeita ordem e funcionamento, efetuando, diariamente, a higienização e limpeza, bem como a conservação das dependências, tudo por sua inteira responsabilidade.

8. DA LIMPEZA E DO CONTROLE DE PRAGAS E ROEDORES

8.1. A limpeza total da lanchonete (em todas as suas dependências e equipamentos) deverá ser diária, sob a responsabilidade da Concessionária.

8.2. O material de limpeza e a retirada do lixo interno são de responsabilidade da Concessionária.

8.3. A Concessionária deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência necessária para manter a higiene local, ou sempre que solicitado pela fiscalização da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.

8.4. As empresas responsáveis pelo serviço de desinsetização e desratização deverão apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.

8.5. As empresas deverão apresentar informação seguras sobre o uso de inseticidas utilizados, especialmente quando à toxicidade e o tempos de ausência do local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros equipamentos de acordo com a legislação em vigor.

8.6. A Concessionária ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando retirada de alimentos, utensílios etc.

9. DOS EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E UTENSÍLIOS E ITENS COMERCIALIZADOS

9.1. A Concessionária deverá suprir todas as necessidades de equipamentos, mobiliários e utensílios – por sua custa – necessários ao bom funcionamento da bombonière do Teatro Municipal Trianon.

9.2. A Concessionária deverá fornecer e instalar no mínimo os equipamentos e mobiliários definidos na tabela abaixo.

ITENS		
BALEIRO	GELADEIRA	MÁQUINA DE CAPPUCCINO/CAFÉ EXPRESSO
ESPRESSADOR DE FRUTAS	LIQUIDIFICADOR	MICROONDAS
ITENS		
FORNO ELETRICO	LOUÇAS, TALHERES	PROCESSADOR DE SUCOS
FREZZER	MÁQUINA DE CAFÉ	TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO



DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES DE LANCHONETE.

Os itens mínimos a serem comercializados são definidos a seguir:

- 1- Cafés, Capuccino, Café Expresso, Café com leite e afins;
- 2- Sucos de frutas, diariamente com mínimo de opção de suco de laranja preparado na hora;
- 3- Sanduíches naturais;
- 4- Salgados finos, do tipo *croissant* mesmos do gênero;
- 5- Chá gelado;
- 6- Tortas doces inteiras ou fracionadas em vitrine própria (incluindo doces gelados em porções individuais);
- 7- Vitaminas de frutas preparadas na hora.

10. DA EQUIPE DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

10.1. Dispor e manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas;

10.2. O pessoal necessário à execução do serviço objeto da presente Concessão será de exclusiva responsabilidade da Concessionária, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.

10.3. A Concessionária disporá de funcionários em número suficiente para o atendimento nos horários de maior procura, que deverão tratar os clientes com urbanidade e respeito, dispensando-lhe um atendimento cordial, rápido e eficiente;

10.4. Os empregados deverão ser identificados por crachá.

10.5. Os empregados deverão trabalhar uniformizados, com os cabelos presos e cobertos.

10.6. A Concessionária deverá emitir cupom fiscal para transação efetuada, cumprindo todas as exigências legais;

10.7. Os clientes serão atendidos mediante o pagamento ao caixa do "Bomboniere" do Teatro Municipal Trianon do preço correspondente, por meio de moeda corrente ou de cartão de crédito/débito, caso ofereça essa modalidade de pagamento.

10.8. A Concessionária deverá dispor de troco suficiente para a realização das transações comerciais diárias.

11. CRITÉRIO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O critério para o julgamento das propostas para a escolha da empresa vencedora será o de MAIOR OFERTA.



12. VALOR MÍNIMO MENSAL e CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O valor mensal a ser pago pela empresa vencedora será o maior ofertado entre as participantes, sendo que o mínimo será de **R\$443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais)**, conforme avaliação imobiliária elaborada pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Campos dos Goytacazes, o qual será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, segundo melhor índice.

a) Também compõe o preço da presente Concessão o valor correspondente à uma tarifa mínima comercial de água e energia elétrica tabelada de acordo com a Concessionária, as quais deverão serem pagas juntamente com o valor da contrapartida à Concessão de Uso.

12.2. O valor mensal terá vencimento todo 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência, com emissão de recibo a ser emitido pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, no setor Administrativo/Financeiro.

12.3. O valor da contrapartida à Concessão de Uso será reajustado anualmente, de acordo com a variação do IPNC calculada pelo IBGE, ocorrida no período anualizado do mês imediatamente anterior ao da incidência do reajuste. Na ausência ou extinção deste índice, as partes elegerão outro.

12.4. O atraso injustificado na execução do objeto da Concessão sujeitará a Concessionária a multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global da Concessão, para cada dia de atraso, observando o prazo máximo de 05(cinco) dias úteis;

12.4.1. A multa de que trata este item não impedirá a cassação da Concessão pela Concedente e a aplicação de outras sanções.

12.5. Haverá uma carência de 30 (trinta) dias para o pagamento da primeira parcela, a contar da assinatura do contrato de concessão, por compreender o período concedido para a instalação para o início das atividades.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Comprovação de que já executou serviços semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, através de Atestado de Capacidade Técnica, fornecida por Pessoa Jurídica de direito público ou privado com firma reconhecida, comprovando que a empresa atuou ou está atuando, a contendo, no ramo pertinente, contendo a identificação dos signatários e obrigatoriamente, a caracterização dos serviços realizados.

13.2. Atestado de Visita Técnica fornecido pelo servidor designado para acompanhar a visita no local onde será executado o serviço, ou Declaração de Não Realização de Visita Técnica das empresas que optarem por não realizar a visita. Cabe salientar, que neste caso, a Empresa declara estar ciente de todos os detalhes e particularidades que julgar conveniente, não podendo alegar – posteriormente – desconhecimento e/ou eventuais dificuldades de execução de qualquer parte dos serviços objeto da contratação.



13.2.1 A empresa que optar por realizar a visita técnica deverá observar o Item 16 – Da Visita Técnica.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Concessionária além do contido nos demais itens citados acima, obriga-se a:

- 1) Utilizar a área destinada concedida, única e exclusivamente para os fins objeto do Contrato de Concessão;
- 2) Cumprir com as obrigações contratuais assumidas;
- 3) Executar os serviços conforme especificações técnicas deste Termo de Concessão com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das suas cláusulas;
- 4) Obter os competentes alvarás de funcionamentos e vigilâncias sanitárias, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato de Concessão;
- 5) Em nenhuma hipótese poderá haver qualquer instalação de fogão a gás;
- 6) Executar a instalação do sistema de exaustão do ambiente, no qual a Concessionária arcará com o custo da implantação;
- 7) Expor à venda somente os produtos permitidos na exploração da atividade;
- 8) Não comercializar bebidas alcoólicas a menor de idade, conforme legislação pertinente;
- 9) Substituir imediatamente produtos colocados à venda fora de perfeitas condições de consumo;
- 10) Comercializar produtos com preços compatíveis com os de mercado, devendo afixar tabela de preço em local visível e/ou manter cardápio com os preços na entrada do estabelecimentos;
- 11) Deverá possuir sistema de emissão de cupomfiscal, nos moldes da legislação vigente, para emitir em qualquer venda o referido documento fiscal, e a FCJOL poderá em qualquer tempo auditar e fiscalizar esse sistema;
- 12) Apresentar irrepreensível comportamento, discrição e polidez no trato aos usuários;
- 13) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, para maiores de 14(catorze) anos; nem permitir a utilização de trabalho de menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14) Cuidar para que seus empregados utilizem crachá, e se apresentem uniformizados, limpos e asseados, devendo substituir qualquer deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da FCJOL;



- 15) Deverá se responsabilizar pela capacitação da equipe a ser contratada, incluindo as regras de funcionamento e conhecimentos gerais do Teatro Municipal Trianon Histórico de campos;
- 16) Exigir de sua equipe de trabalho o fiel cumprimento das normas de segurança patrimonial e pessoal do Teatro Municipal Trianon, inclusive quanto à identificação funcional;
- 17) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinação em vigor;
- 18) Manter quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, faltas ao serviço, licença ou demissão de empregados e não terão – em hipótese alguma- qualquer relação de emprego com a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima/PMCG;
- 19) Manter seus funcionários devidamente registrados, responsabilizando-se por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa, civil e comercial, bem como pelos atos por eles praticados;
- 20) Substituir qualquer empregado que seja julgado insatisfatório, prejudicial ou inconveniente à ordem ou às normas disciplinar estabelecidas pela FCJOL;
- 21) Disponibilizar caixas suficientes para a venda de fichas, caso seja necessário, para evitar filas na hora da compra dos produtos;
- 22) Assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda quem em dependência do Teatro Municipal Trianon;
- 23) Adotar todas as medidas e precauções tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros;
- 24) Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato de concessão, venha direta ou indiretamente provocar ou causar, por si ou por seus empregados, a FCJOL ou a terceiros;
- 25) Promover a modernização, substituição, aperfeiçoamento e ampliação da tecnologia, equipamentos e instalação para o bom andamento das atividades, durante todo o período da concessão de uso;
- 26) Fornecer e instalar, às suas expensas, todos equipamentos, utensílios e implementos necessários aos serviços, os quais deverão estar em perfeito estado de conservação e uso, sendo responsabilidade a limpeza e manutenção preventiva dos mesmos;
- 27) Solicito aprovação prévia sobre toda e qualquer adaptação ou modalidade física que intente implementar no espaço público objeto da concessão;



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

**FUNDAÇÃO
CULTURAL
JORNALISTA
OSWALDO LIMA**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 134
Rubrica:	



- 28) As adaptações, modificação ou benfeitorias requeridas e autorizadas correrão por conta da Concessionária e ficarão incorporadas ao prédio, sem que isso gere direito à indenização;
- 29) Manter o local permitido em perfeitas condições, devendo restituí-lo em até 30 dias – quando solicitados – dentro das mesmas condições que foi recebido – limpo, pintado e com os comprovantes de impostos pagos (responsabilizando-se por danos a que der causa), a fim de que nova Concessionária -se for o caso – possa se instalar;
- 30) Zelar pela guarda de seus produtos, dinheiro, equipamentos e utensílios, bem como pelo bom uso das mesas, banheiros e demais equipamentos da área destinada a *Bomboniére* do Teatro Municipal Trianon;
- 31) Cuidar da limpeza, desinfecção e dedetização de toda a área de alimentação e de todos os banheiros públicos que integram o estabelecimento permitido;
- 32) Executar o armazenamento e a retirada diária de todo o lixo gerado nas operações, devendo a destinação ser sempre fora do Teatro Municipal Trianon e todo o lixo acondicionado em sacos plásticos;
- 33) Prover dentro das instalações de espaço permitido, coletores de lixo gerado nas operações, devendo a destinação ser sempre fora do Teatro Municipal e todo o lixo acondicionado em sacos plásticos;
- 34) Retirar os lixos orgânicos, gerados em função das atividades desenvolvidas, acondicionando-os em sacos plásticos;
- 35) Efetuar o pagamento do contrato de concessão pontualmente -mensalmente – até o quinto dia útil do mês seguinte ao prestador, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, diretamente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima – Setor Administrativo/Financeiro;
- 36) Pagar na Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima- Setor Administrativo/Financeiro – todos os impostos e taxas que incidirem sobre a empresa, devendo estar em dia com os referidos;
- 37) Responder por todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a atividade comercial exercida;
- 38) A Concessionária não poderá usar o nome da Concedente para adquirir gêneros, produtos ou quaisquer outros bens, não sendo a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima ou a Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes responsável pelas obrigações assumidas pela Concessionária perante terceiros;
- 39) Comunicar a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no espaço objeto da concessão;
- 40) Acatar as orientações da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, sujeitando-se a mais ampla e restrita supervisão e fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 41) Atender as determinações da fiscalização e prestar informações exatas à mesma, não criando embaraços, bem como permitir, a qualquer tempo, a vistoria de suas instalações e equipamentos;



Comissão Permanente de Licitação	Fis. 135
Rubrica:	19/09

PROCESSO Nº 135/2019

Fis. 32
Campos/RJ

19/09

- 42) Por comum acordo das partes, em dia a ser previamente determinado, a Concessionária fará o fechamento do espaço concedido para dedetização, desratização, limpeza geral e manutenção dos equipamentos e instalações;
- 43) A Concessionária não poderá transferir ou subcontratar total ou parcialmente os serviços, utilizar o local para fins particulares, bem como colocar gêneros ou quaisquer materiais fora da área reservada à exploração de suas atividades, sendo expressamente vedado alocar mesas, cadeiras ou assemelhados em locais que não seja permitido pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.
- 44) Observar, especialmente, a Lei nº 8.666/93, o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas da ABNT, a Legislação Ambiental, as leis e regulamentos pertinentes;
- 45) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições apresentadas para habilitação na licitação;
- 46) Responsabilizar-se inteiramente pelos possíveis danos causados por roubo ou incêndio aos equipamentos de sua propriedade, utilizados na exploração de sua atividade comercial;
- 47) A Concessionária não poderá alterar a estrutura física do espaço, nem efetuar modificações, sem autorização expressa da Concedente;
- 48) É expressamente proibido transferir o imóvel a terceiros- em parte ou totalmente – sob pena de perda da Concessão;
- 49) A Concessionária não poderá modificar o ramo de negócio a que se destina, sem prévia comunicação por escrito ao Teatro Municipal Trianon e aprovação desta;
- 50) A Concessão será revogada quando verificada a infração de qualquer das condições previstas, independentemente indenização a Concessionária por benfeitorias que tenham sido introduzidas no imóvel, sejam elas úteis, necessárias ou voluntárias.

15. DA CONCEDENTE

- 1) Deverá informar o quanto antes, acontecimentos e situações que ensejem a necessidade de interromper ou alterar o funcionamento das atividades, em casos que comprometam a segurança dos visitantes;
- 2) Comunicar a Concessionária qualquer ocorrência relacionada com a concessão de uso;
- 3) Supervisionar e fiscalizar a execução da concessão de uso e as atividades previstas no contrato de concessão, podendo sustar, recusar, mandar fazer, desfazer qualquer serviço ou atividade que esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;
- 4) Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar o atendimento das exigências contratuais;
- 5) Designar servidor ou comissão para a supervisão da exploração comercial permitida;



- 6) Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da Concessionária ou preposto que produza complicação para a supervisão e fiscalização;
- 7) Contestar, no todo ou em parte os serviços ou atividades executadas em desacordo com as disposições do contrato de concessão.

16. DA VISITA TÉCNICA

16.1. As licitantes, facultativamente, poderão realizar visita técnica, a qual será agendada no Teatro Municipal Trianon (Rua Marechal Floriano Nº. 211, Centro) previamente, nomáximo 01 (um) dia antes da licitação, diretamente com o Gestor e Fiscal do Contrato.

16.2. Através presente visita técnica os licitantes avaliarão as condições locais atuais do ambiente e ao final assinarão o atestado de visita técnica.

16.3. A tolerância será de 15 (quinze) minutos.

16.4. Se por qualquer razão, após a visita, a data do certame for adiada, haverá nova visita. Porém, atestado já emitido na visita anterior não perderá a sua validade, de forma a não onerar as empresas que já prestaram a visita, a não ser que haja mudança nos equipamentos ou locais da prestação de serviços.

17. DA FISCALIZAÇÃO

- a. Nos termos do art.67,§1º, da Lei nº8.666/93, a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima designará um fiscal e um gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b. Da mesma forma a Concessionária deverá indicar um preposto, aceito pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, para representa-la na execução do contrato;
- c. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e/ou fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;
- d. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto da concessão, deverão ser prontamente atendidas pela Concessionária, sem ônus para a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima;
- e. No exercício da fiscalização, a Concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da Concessionária;
- f. A Concessionária deverá fornecer à fiscalização – mensalmente- a relação dos funcionários, que estão efetivamente prestando serviços em suas instalações, com as respectivas funções.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

**FUNDAÇÃO
CULTURAL
JORNALISTA
OSWALDO LIMA**

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 132
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Rubrica: [assinatura]
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA	



18. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- a. A presença da Fiscalização durante vigência do contrato, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou as atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Concessionária, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive por serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.
- b. Se a Concessionária recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da Concessionária.
- c. A Concessionária responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissão e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e omissão e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratados, bem como originados de infração ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima por quaisquer pagamentos que seja obrigada a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

Campos dos Goytacazes, 01 de Maio de 2022.

MARIA AUXILIADORA FREITAS DE SOUZA

Presidente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima

Mat. 40.362

M. Auxiliadora Freitas de Souza
Presidente da FCJOL
Matr.: 40.362